

# INSTITUIÇÕES DE PESQUISA EM JUIZ DE FORA (MG):

## SEUS ACERVOS E A CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTORIOGRAFIA LOCAL E REGIONAL

Jefferson de Almeida Pinto<sup>1</sup>, Heliane Casarin Henriques<sup>2</sup>, Rogério Rezende Pinto<sup>3</sup>

**Resumo:** Desde os primeiros tempos de sua formação, a cidade de Juiz de Fora contou com homens e instituições que se posicionavam quanto à escrita de sua história como registro para as gerações futuras. Esta situação passou por mudanças entre os anos 1970 e 1980, quando a cidade acentuou um processo de transformações urbanas, iniciado anos antes, que rompia drasticamente com o passado. Neste contexto, muitos documentos estavam sendo ameaçados e, a partir do esforço de vários estudiosos da História, foram-se constituindo novas instituições de pesquisa que passaram a contar, além dos espaços físicos, com mão de obra especializada para a preservação dos acervos de documentos. Este artigo recupera a trajetória de preservação destes acervos que propiciaram, nos dois últimos decênios do século XX, que a historiografia de Juiz de Fora e região pudesse ser revisada.

**Palavras-chave:** Memória; Arquivos; Pesquisa; Historiografia.

### INTRODUÇÃO

A cidade de Juiz de Fora está às vésperas de contar com o primeiro Curso de Nível Médio de Técnico em Arquivo, do Brasil. Trata-se de um projeto conjunto do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais e do Arquivo Nacional, resultante de acordo de cooperação firmado entre as duas instituições. O curso, idealizado pelo Prof. Galba Di Mambro<sup>1</sup>, será oferecido pelo Núcleo de Educação a Distância do Campus Juiz de Fora, na modalidade semipresencial (INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, 2016).

O curso visa preparar pessoal em nível técnico para o trabalho em gestão documental e com documentos históricos, vindo assim a suprir uma lacuna no país e coroar toda uma trajetória de preservação

e organização de acervos documentais em Juiz de Fora que, de longa data, contribuíram para a qualificação de mão de obra na área e para que se estabelecesse uma revisão historiográfica sobre a história local e regional.

Ainda nos dias de hoje, professores e estudantes dos mais diversos níveis de ensino – historiadores ou não – que pesquisam informações a respeito da história de Juiz de Fora se deparam com algumas dificuldades para produzir informações atuais a partir de sua historiografia e preservação de vestígios históricos. Daí a importância, recorrente nestas caminhadas, dada à referência de uma cartilha editada em 1970 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura

1 Professor Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas (ICH), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), entre os anos de 1971-2014.

1 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Juiz de Fora - jefferson.pinto@ifsudestemg.edu.br

2 Universidade Federal de Juiz de Fora e Biblioteca Municipal Murilo Mendes - helianecasarin@yahoo.com.br

3 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora - rogerio.pinto@ifsudestemg.edu.br

e distribuída para as escolas do município, que parece eternizada na memória de professores e estudantes (PREFEITURA MUNICIPAL, 1970; NARDELLI, 1975)<sup>1</sup>.

Mas talvez uma das primeiras obras que procuraram sistematizar dados históricos e estatísticos sobre o município tenha sido o *Álbum do Município de Juiz de Fora* (ESTEVES; LAGE, 1915), organizado por Albino Esteves (1884-1943) e financiado pelo poder público municipal em 1915. Foi republicado em 1989 e teve mais uma edição financiada, em 2008, pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura Murilo Mendes. Embora não se trate exclusivamente de uma obra historiográfica, este trabalho é – há mais de cem anos – referência para muitos estudos realizados ao longo do século XX e, ainda hoje, mantém o seu vigor em número de citações em trabalhos acadêmicos, entre os quais teses, dissertações, artigos e outros meios de divulgação historiográfica e de áreas afins, ou mesmo sendo suporte para material não acadêmico.

Por falar em Albino Esteves, o estilo e a referência ao tempo histórico presentes neste e em outros trabalhos de sua autoria nos levam a pensar no Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), do qual ele é o Patrono Número 1. Fundado em 18 de março de 1956, o IHGJF é uma instituição congênere ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo uma das mais novas instituições desse perfil organizadas no país. Desde suas origens, na Corte/Rio de Janeiro, em 1838, o IHGB reunia a elite econômica e os principais literatos daquele tempo para pensar a história da jovem nação que se formava. De certo modo, a proposta de escrita da história oriunda do IHGB se repetiu no IHGJF, qual seja, “fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais.” (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

O IHGJF toma a si a finalidade de

1 Com finalidade muito semelhante podemos citar também: PREFEITURA MUNICIPAL. Juiz de Fora. (Compilação de Wilson de Lima Bastos). Juiz de Fora, 1955.

estudar, pesquisar e divulgar a história, a geografia e suas áreas afins, relativas ao município de Juiz de Fora e suas redondezas, além de procurar colaborar para que o patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assim como o meio ambiente, sejam defendidos contra os efeitos danosos que lhe possam porvir e divulgá-los para a valorização do homem e seu meio<sup>2</sup>. O principal instrumento de produção científica do IHGJF tem sido a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, que no momento em que escrevemos este artigo alcança o seu 15º número, tendo sido publicada desde 1965<sup>3</sup>. Além disso, seu patrimônio é enriquecido por uma biblioteca de obras gerais e pelo acervo arquivístico amalhado por Alfredo C. Costa (1918-2002), antigo titular do Cartório do 1º Ofício Cível de Juiz de Fora (COSTA; LEAL, 1995).

Antes, porém, do aparecimento do IHGJF, no século XIX, mesmo estando na “periferia” da antiga Corte, já havia uma profícua busca e produção histórica sobre Juiz de Fora, em que se destacavam homens de letras que exerciam atividades múltiplas, seja na imprensa, na educação, na medicina, no direito, entre outras, e que compunham o *corpus* pensante da cidade. Ignácio Ernesto Nogueira da Gama (1845-1919), tendo chegado à cidade em 1854, é comumente recordado como um dos primeiros historiadores de Juiz de Fora e, ao que parece, antecedido em pouco pelo Professor Astolpho Leite de Magalhães Pinto<sup>4</sup>. Mas é fato que ambos compuseram, mesmo sem a intenção, uma dupla dos primeiros responsáveis em divulgar a memória histórica da localidade que foi se organizando no vale do Paraibuna. Os dois nomes citados são

2 Conforme citação na página do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (on-line), disponível em: <http://www.ihgjf.org/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

3 As publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora estão disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (on-line), disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99693-revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 03 mai. 2016.

4 Datas de nascimento e de morte não encontradas.

encontrados trabalhando no inaugurar do século passado preocupados – fazendo uso do termo empregado então – em guardar as reminiscências do passado urbano de Juiz de Fora (PINTO, 1906).

No transcorrer do século XX outros nomes se destacaram: Estevam de Oliveira (1853-1926), Heitor Guimarães (1868-1937), José Rangel (1868-1940), Lindolfo Gomes (1875-1953), Gilberto de Alencar (1886-1961), Paulino de Oliveira (1899-1992), Wilson de Lima Bastos (1915-1998), Jair Lessa (1916-2013), entre outros. Os estudos para suas publicações, evidentemente, não seguiam em seus referenciais métodos historiográficos semelhantes aos atuais. Era, na verdade, a prática de uma história clássica: *mater et magistra* (KOSELLECK, 2006). Estes historiadores se valiam da oralidade de seus contemporâneos mais antigos, de cartas, questionários, trabalhavam coligindo dados da própria imprensa, afora vinham a utilizar-se de suas próprias memórias. De todo modo, a coleta de dados realizada por eles contribuiu para a preservação de informações e, fundamentalmente, para despertar a necessidade de preservação dos suportes documentais para gerações futuras<sup>5</sup>.

Tomando por referência os locais consagrados nos grandes centros voltados para a sociabilidade e produção intelectual, estes homens de letras necessitavam de um local de encontro e referência. Neste sentido, é vital refletir sobre o papel norteador da antiga Biblioteca Municipal, atual Biblioteca Municipal Murilo Mendes (BMMM), hoje a instituição cultural mais antiga de Juiz de Fora em funcionamento – e talvez da região. A proposta de criação da Biblioteca Municipal data de 1888, embora tenha sido inaugurada somente em 1897, quando Juiz de Fora acumulava pouco mais três décadas de existência. Descrevia inicialmente com um acervo de 1.200

5 A preocupação com a memória das gerações futuras é referenciada, por exemplo, por Heitor Guimarães com a expressão “De Estevam de Oliveira, velho e inamalgável polemista, ficarão seus livros para tirar seu nome do esquecimento das gerações de amanhã” (O PHAROL, 14/11/1909; O PHAROL, 08/12/1911; DIÁRIO MERCANTIL, 23/03/1937).

obras e soma hoje 50.642 títulos, pelos dados fornecidos pela própria instituição. Embora sejam escassos os relatórios de frequência ao seu acervo, consegue-se, por meio da imprensa, computar os dados, por exemplo, para o ano de 1936, onde se verifica que 12.443 pessoas passaram por suas estantes, quando a cidade Juiz de Fora já contava com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, segundo *O Lince* (1950, p. 17). Vale salientar que a consulta era somente *in loco*, não havendo empréstimos em domicílio, que passariam a ocorrer somente em 1982. É importante destacar estes dados, pois a área de história estaria em terceiro lugar no *ranking* dos livros do acervo da Biblioteca Municipal, assim como também estaria em terceiro lugar no número de livros consultados, ficando atrás apenas da literatura e “obras gerais” (DIÁRIO MERCANTIL, 15/02/1937; PINTO, 2013).

Do mesmo modo que são escassos os registros de frequência à biblioteca, não há também referências quanto às consultas ao impressionante acervo dos periódicos locais. E seria neste acervo que muitos pesquisadores iriam se reportar para fazer seus estudos históricos. Entre estes destacamos *O Pharol*, *o Jornal do Commercio*, *O Lince*, *o Diário Mercantil*, *o Correio de Minas*, *O Dia*, além de diversos outros impressos como almanaques, revistas e publicações operárias e de associações diversas que somam 60 títulos diferentes ao todo. A posição de destaque ocupada pela cidade de Juiz de Fora no panorama demográfico, econômico e cultural do Estado ao longo dos séculos XIX e XX está refletida nas páginas desses periódicos. Pelas redações desses impressos juiz-foranos circularam jornalistas e literatos conhecidos nacionalmente. Atualmente, é no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes (SMBMMM) que se encontra a grande maioria desses periódicos.

É sabido que outros títulos locais não tiveram exemplares preservados no SMBMMM, como são os casos de *Treze de*

Maio, *O Commercial*, *Echo do Povo* e *O Mineiro*, entre outros. Mas essas ausências e lacunas não impedem decisivamente a reconstituição da história da imprensa nesse torrão das Minas Gerais. No caso de *O Pharol*, por falta de fontes arquivísticas, é polêmica entre os historiadores a datação de seu aparecimento na cidade. Lindolfo Gomes revela, numa crônica publicada no jornal *Diário Mercantil*, datada de 17 de janeiro de 1942 que, ao tempo em que trabalhava na redação de *O Pharol*, existia uma bem encadernada coleção dos números iniciais publicados em Paraíba do Sul e em Juiz de Fora e se lembra de ter visto exemplares do ano de 1866 já editados em Juiz de Fora<sup>6</sup>.

Além disso, Lindolfo, se reportando ao livro "*O Teatro em Juiz de Fora*" de Albino Esteves (1909), cita trechos nos quais Ignácio Gama revela que, em 1866, ele, juntamente com Thomaz Cameron (1835-1909) – fundador de *O Pharol* – e outros, participaram da comissão redatora do estatuto da primeira sociedade dramática de Juiz de Fora, fundada neste ano na cidade. Deduz-se então que no mesmo ano que Cameron fundou *O Pharol*, em Paraíba do Sul, ele o transferiu para Juiz de Fora, do qual supostamente teria sido o único proprietário e redator<sup>7</sup>. Também consta em artigo de *O Pharol*, datado de 13 de setembro de 1918, que a transferência para Juiz de Fora, se deu em 1867<sup>8</sup>. Assim, é perceptível que desde muito cedo a cidade passou a contar com seus próprios impressos. No contexto, urge ressaltar que Juiz de Fora contava ainda, desde fins do século XIX, com muitas edições de livros e revistas, além de ter uma vida social dinâmica para uma cidade do interior de Minas Gerais, com confeitarias, teatros, cinemas, museus, associações culturais e beneficentes, entre outras tantas, que possibilitavam o consumo de toda essa produção cultural (PINTO, 2008).

A hemeroteca do SMBMMM tem sido

6 Informações do Banco de Dados do SMBMMM.

7 Paraíba do Sul é um município do estado do Rio de Janeiro que dista 77,1 Km de Juiz de Fora.

8 Informações do Banco de Dados do SMBMMM.

objeto de amplo uso por pesquisadores de Juiz de Fora e de outras localidades. Para atender essa demanda, dois projetos financiados pelo governo de Minas Gerais foram desenvolvidos. No primeiro projeto realizou-se a digitalização do acervo de jornais do século XIX e parte dos jornais do século XX. No segundo projeto foi instalado um *software* que permite a consulta às imagens digitalizadas e à sua descrição<sup>9</sup>. Além disso, o setor possui ainda uma Coleção Juiz-forana, constituída por livros editados na cidade abrangendo variados temas, como a história de Juiz de Fora e seu patrimônio histórico, a literatura, entre outras obras de referência.

Alguns estudos, iniciados ainda na década de 1970 e publicados nos anos 1980, fazem ver como a imprensa foi decisiva para a assimilação de algumas questões que conduziram, por exemplo, o imaginário desenvolvimentista da cidade. Não vamos nos deter no debate, mas sim no tratamento metodológico que estes pesquisadores passam a dar a uma mesma documentação que até então vinha tratando da escrita da história sobre Juiz de Fora e região numa perspectiva das efemérides, ícones e demais pontos de monumentalização da história. Percebe-se, neste quadro, os primeiros reflexos das mudanças teórico-metodológicas que a historiografia brasileira iria sofrer nos dois últimos decênios do século XX. Destacamos a obra pioneira de Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade (1987) a respeito da classe operária em Juiz de Fora, assim como o trabalho de Domingos Giroletti (1988) sobre um tema muito recorrente na historiografia da cidade, qual seja, a sua industrialização pioneira e precoce. Afora estes, destacamos mais recentemente a produção de Luís Eduardo de Oliveira sobre o proletariado de Juiz de Fora e sua luta por direitos, diverso na quantidade de fontes, assim como na variada imprensa (OLIVEIRA, 2010).

Os anos 1970 chegaram trazendo em seu bojo uma contradição de mentalidades. Se por um lado havia aqueles que queriam conservar a cidade, preservar sua

9 Informações do SMBMMM.

memória, seus vínculos e entendimento com o passado, também se manifestaram aqueles que desejavam a todo custo uma modernização cenográfica da paisagem urbana. É desta época, por exemplo, a efervescência do mercado da construção civil que levou a cidade a ser considerada, alguns anos depois, a segunda mais verticalizada de Minas Gerais, ficando atrás apenas de Belo Horizonte. O fenômeno levou muitas famílias tradicionais, que possuíam habitações nas ruas centrais, construídas em fins do século XIX ou ainda no início do século XX, a se desvencilharem de seus antigos imóveis, que hoje seriam dignos de Tombamento<sup>10</sup>.

Nessa época era recorrente um grande número de anúncios de novos empreendimentos imobiliários, acompanhados por vários outros que também estariam ligados à construção civil e deixavam transparecer uma ideia de que o futuro e a modernidade haviam chegado. Os profissionais da imprensa parecem ter comprado a ideia do marketing progressista. Em um exemplo, eram elaboradas e lidas manchetes como: "A cidade é um canteiro de obras"; "Alugueis na hora da morte"; "JF estuda os efeitos da poluição"; "Obras em Dias Tavares deixam Mello sem tempo para política"; "Mendes Júnior: uma nova conquista do desenvolvimento de Minas"; "A cidade volta a sonhar com o estádio popular"; "Abre as portas. Deixe o progresso entrar"<sup>11</sup>.

Mas a realidade econômica não se fez positiva para a região ou para Juiz de Fora, em particular, durante aquela década. Muitas indústrias e outras atividades comerciais fecharam suas portas ou passaram a dinamizar sua produção, direcionando-se para outras regiões do país. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Juiz de Fora e os governos Estadual e Federal se viram obrigados a buscar novos investimentos econômicos para a cidade, os quais não poderiam mais ficar restritos aos limites

do velho centro urbano. Destacam-se os esforços empreendidos para a instalação no município de empresas como a Siderúrgica Mendes Júnior, posteriormente Belgo Mineira, hoje ArcelorMittal, além de outros investimentos na área de metal-mecânica aliados aos investimentos em infraestrutura, sobretudo de transportes (BASTOS, 2005). É deste tempo também o desalojamento de muitas comunidades pobres localizadas na mancha urbana, o que, notadamente, não foi marcado pela inclusão e pelo debate democrático (ROSA, 2009), muito pelo seu oposto.

Sintomática foi também a remodelação pela qual passou a Avenida Barão do Rio Branco entre os anos de 1979 e 1982. A imagem a seguir, publicada no ano de 1971, já nos remete à projeção sobre o que se imaginava sobre o futuro de Juiz de Fora, não sendo, entretanto, uma exclusividade, pois em outras épocas a ideia de projeção para o futuro também se fazia.

Os anos 1980 assinalam um momento de radicalização urbana. Casarões e outras edificações foram definitivamente demolidos em série, restando-nos pouquíssimos exemplares até o momento em que escrevemos este artigo. A ameaça da perda inestimável deste patrimônio iniciou campanhas para sua preservação.



Figura 1 Imagem: Assim será Juiz de Fora no futuro 2001.

Fonte: Diário da Tarde, 02/06/1971.

10 Essas transformações foram parcialmente abordadas no artigo "Casarão" transcrito da Folha da Mantiqueira, 19 a 25 de outubro de 1974 (FOLHA DA MANTIQUEIRA, 31/05/1977, p. 26).

11 Estas manchetes encontram-se no jornal Folha da Mantiqueira, publicadas respectivamente em 20/03/1977; 10/04/1977; 01/05/1977; 10/06/1977; 29/08/1977; 31/10/1977; 25/12/1977.

Algumas ações foram vitoriosas como a campanha “*Mascarenhas, meu amor*”, que transformou a principal fábrica da antiga Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas em espaço cultural. Mas outras foram derrotadas e representam até hoje perdas inestimáveis para a história da cidade, como é o caso da Casa do Bispo, do Colégio Stella Matutina e, também, da Capela Galeria de Arte, demolidas por completo em fevereiro de 1986 (TRIBUNA DE MINAS, s/d.).

Ficava a sensação de que se a memória arquitetônica estava se desfazendo, algo deveria ser feito para que a história da cidade pudesse, no futuro próximo, vir a ser (re)escrita. Neste sentido, os acervos documentais destas famílias e instituições, que estavam sendo extintas, ganhavam um valor histórico inestimável precisando ser guardados, preservados e disponibilizados, uma vez que corriam o risco de ir para o lixo – como, de fato, chegou a ocorrer em grande maioria dos casos. Definia-se assim que a memória e a história da cidade não passavam apenas pela discussão de preservação do patrimônio arquitetônico. Atrela-se a isso o fato de que em meados da década de 1980, graduandos e docentes, sobretudo na área de história, já estavam convencidos da importância das instituições arquivísticas para a produção cultural e intelectual da sociedade, bem como das possibilidades de leituras, reflexões e comunicações entre as gerações do passado, presente e futuro que tais instituições possibilitariam através da preservação do acervo. Afinal, sem um pensar sobre o que se deu é praticamente impossível o surgimento de propostas novas para a edificação de um futuro mais justo e rico.

O momento foi favorável à percepção de que a documentação era como fragmentos de memórias e momentos que, por estarem em suporte material frágil, estariam sujeitos à perda definitiva se nada fosse feito de modo adequado e profissional. A sensação de progresso infinito e da rápida e sempre acelerada passagem do tempo, já experienciados

em fins do século XIX, interferia de modo singular na conservação e valorização dos vestígios materiais que alcançavam o fim do século XX de maneira ainda mais dramática. As fontes documentais escritas, fossem elas registros médicos, cartoriais, judiciários, trabalhistas, entre outras, demonstravam o valor de registro informativo basilares para o estudo e compreensão da cidade como organismo vivo, dinâmico e complexo que é. Em 1977, o Arquivo Público Mineiro (APM) já acenava para um levantamento dos acervos documentais do Estado de Minas Gerais e, neste sentido, a Secretaria de Cultura da cidade anunciava a distribuição de um formulário oriundo de Belo Horizonte a fim de levantar a memória mineira em todos os municípios do Estado e inscrever os arquivos em uma base de dados estadual (DIÁRIO MERCANTIL, 02/08/1977).

Segundo o professor Galba Ribeiro Di Mambro, nos anos 1980, o apoio da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), por intermédio de seu Superintendente à época, professor Reginaldo Arcuri (1983-1988), foi muito importante para impulsionar a preservação



Figura 2 - Avenida Barão do Rio Branco, c. 1960.

Fonte: Maria do Resguardo (on-line). Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/2011/02/av-rio-branco-vista-panoramica-decada.html>. Acesso em: 10 abr. 2016.

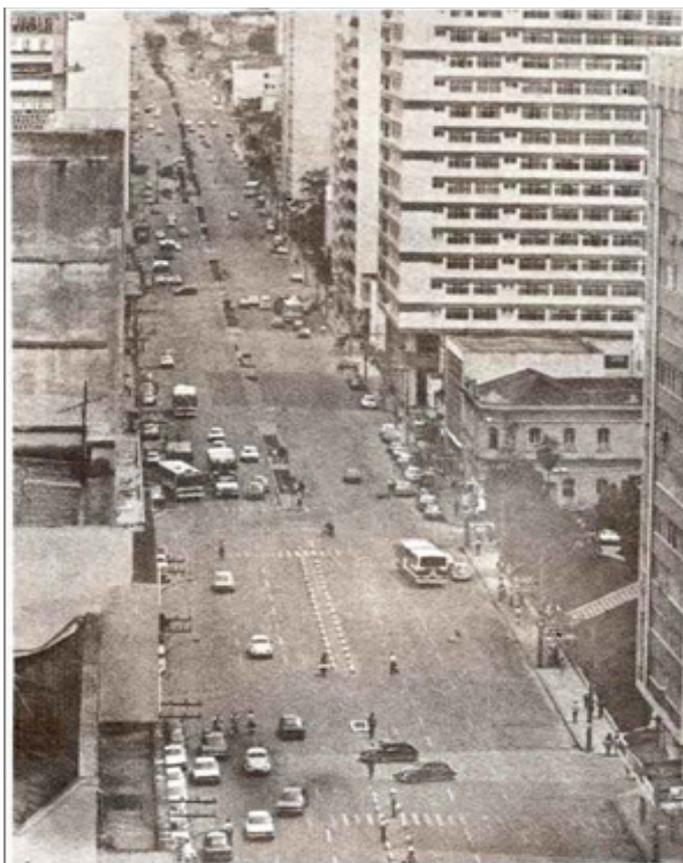


Figura 3 - Avenida Barão do Rio Branco, início dos 1980, praticamente o mesmo ângulo da imagem anterior permitindo a comparação na dramaticidade da transformação urbana que foi submetido o Centro da cidade.

Fonte desconhecida.

desses acervos documentais na cidade. De lá viriam o fomento, material de consumo e, principalmente, estagiários da graduação em história, necessários para os trabalhos iniciais com os documentos que estariam sendo resgatados. Nestas circunstâncias ocorreu o estreitamento de relações entre a FUNALFA, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), junto ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e o seu Departamento de História, o que resultou na criação do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF) (DI MAMBRO, 2011, 2012). Este iniciou suas atividades em 25 de março de 1985, vindo a ser extinto no ano de 2011, quando foi criado o seu sucessor, o Arquivo Central da UFJF (UFJF, 2011). Além disso, naquele contexto, o Arquivo Nacional (AN) também estava atuando ao apoiar a criação dos primeiros cursos de arquivo no Brasil, possibilitando, assim, a

formação de outros arquivos públicos pelo país (DI MAMBRO, 2016).

Diz o professor Galba Di Mambro, quando da criação do AHUFJF, que:

Cogitava-se, inicialmente, recolher acervos de fazendas da região em risco de se perderem. Este objetivo foi alcançado parcialmente com o recolhimento do fundo e da biblioteca de Odilon Braga, que estavam em uma fazenda da família do titular do acervo. A tentativa de recolher os documentos localizados em uma segunda fazenda, em Santana do Deserto, enfrentou obstáculos intransponíveis advindos de familiares de proprietários da fazenda.

Foram recolhidos, inicialmente, os seguintes fundos particulares, de maiores dimensões: Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, Companhia Têxtil Oswaldo Mascarenhas; Construtora Pantaleone Arcuri e os seguintes fundos, de menores dimensões: Albino Esteves; Associação Beneficente Irmãos Artistas; Casa Alumínio Ferragens; Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora; Mercaria Valentin Cazarin; Oscar Pereira Lopes; foi recolhido, inicialmente, também, os cerca de trinta mil processos cíveis do Fórum Benjamin Colucci.

Posteriormente foram recolhidos os seguintes pequenos fundos particulares: Associação Beneficente Italo-Brasileira Anita Garibaldi; Ciampi S.A. (Estabelecimento Ciampi); Escola de Medicina Veterinária de Juiz de Fora; Fazenda Santa Cecília; Núcleo Regional de Minas Gerais da ANPUH; Serviço de Educação Popular; Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1888-2002) - cópia digital; Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora (1955-1959). (DI MAMBRO, 2016, s/p.)

Esta parceria com a FUNALFA possibilitou não somente o recolhimento, higienização, arranjo e descrição dos fundos arquivísticos do AHUFJF, mas também apoiou a organização do Fundo Câmara Municipal no Império, tendo se iniciado também o arranjo e descrição do Fundo Câmara de Juiz de Fora na República, ambos custodiados pelo Arquivo Municipal, hoje, Arquivo Histórico de Juiz

de Fora (AHJF)<sup>12</sup>. O AHUFJF seria também referência para o arranjo e descrição dos fundos arquivísticos pertencentes ao acervo fotográfico do Museu Mariano Procópio (MMP). Acrescente-se a essas fontes a documentação coligida e preservada por Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) ao longo de sua trajetória e sua biblioteca, que também ficaram sob os cuidados da FUNALFA e da equipe por ela financiada para a organização daquele acervo. Nesta época foi iniciada ainda a organização do Fundo Silva Mello, que foi interrompida com a mudança de política da FUNALFA e, posteriormente, foi devolvido à mesma (DI MAMBRO, 2016). A FUNALFA possui igualmente uma Divisão de Memória que tem em seu acervo entrevistas de personalidades juiz-foranas para o Museu da Imagem e do Som (MIS), criado em janeiro em 1974, e algumas cópias dos cine-jornais produzidos pela *Cariço Film*, e outras memórias referentes a De Moraes (1912-2012)<sup>13</sup>, Olavo Bastos Freire (1915-2006) e Nahim & Wanda Miguel Miana.

Neste contexto, é importante destacar também o destino dado aos documentos do Forum Benjamin Colucci. No início dos anos 1980 a direção do órgão decidiu descartar um grande número de documentos da área cível e criminal, entendendo que estes não teriam mais utilidade para o judiciário. Os historiadores e demais pesquisadores da cidade requisitaram essa documentação para que pudesse ser custodiada por órgãos públicos da cidade para fins de pesquisa histórica. Não havendo instituição com espaço físico para comportar toda essa documentação, a mesma foi dividida entre o Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, que ficou com a parte cível.

A preservação desta documentação

12 Sobre a trajetória do Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, consultar Juiz de Fora (on-line), disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo\\_historico/historico.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo_historico/historico.php). Acesso em: 24 mai. 2016.

13 José Duda Moraes – De Moraes – é autor da versão da valsa *Viene Sul Mare*, a canção *Oh Minas Gerais*, consagrada popularmente como Hino de Minas Gerais, desde 1942 (AGÊNCIA ESTADO, 2002).

do Cartório do 1º Ofício Cível possibilitou que muitos estudos históricos inovadores fossem feitos. Neste contexto, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Estadual de Campinas



Figura 4 - AHUFJF – Documentação jurídica oriunda do Fórum, antes da separação entre civil e criminal, 1989.

Fonte: acervo do AHUFJF.

(UNICAMP), sobretudo, já discutiam em seus seminários de pesquisa o uso de fontes judiciais para a escrita da história, rompendo com as grandes sínteses que, por exemplo, eram comuns no tocante à historiografia brasileira do século XX. Iniciava-se um processo de mudança na universidade brasileira, sobretudo aquelas que não estavam diretamente ligadas aos grandes centros, e que se refletiria de certo modo em Juiz de Fora. Passava-se a valorizar cada vez mais a pesquisa científica a partir de fontes históricas e, para os historiadores, a “matéria-prima” fundamental seria as fontes aliadas às inovações teórico-metodológicas que se anunciavam no campo historiográfico brasileiro. Neste contexto, ressaltamos os estudos sobre a posse da terra e escravos na região, além da produção cafeeira e suas variantes, assim como a formação do camponato e a produção de alimentos, como produtos do trabalho com as fontes da área cível (PIRES, 1993, 2004; SOUZA, 2007). Os documentos relativos à criminalidade contribuíram para que um grande número de pesquisas sobre a história social da escravidão e de

outros setores populares em Juiz de Fora se concretizassem, trazendo contribuições significativas ao debate historiográfico atual (GUIMARÃES, 2006).

A organização dos arquivos possibilitou que muitas frentes de trabalho fossem abertas na cidade, o que permitiu a demanda pelos serviços de organização de arquivo, abrindo-se um campo para a especialização dos profissionais de história que se formavam anualmente, sobretudo na UFJF. Esta instituição promoveu o Curso de Especialização em Organização de Arquivo, sendo o primeiro de Pós-Graduação *Lato Sensu* nesta área em Juiz de Fora, no ano de 1993. Segundo Galba Di Mambro, alguns graduandos em história conseguiram trabalho na área documental e outros conseguiram definir seus temas de pesquisa para pós-graduação a partir da experiência de contato pessoal com a organização de fontes (DI MAMBRO, 2016).

Neste cenário está inserido também o Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora (ACMJF), que por razões histórico-institucionais deve ser resguardado, mas que se valeu naquele momento da capacitação de mão de obra em arquivo para a melhor preservação, organização e disponibilidade de seu acervo documental. Recentemente, o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM) da UFJF vem também contribuindo para a guarda e preservação de mais acervos. A história desta instituição está intimamente ligada à doação da biblioteca particular do poeta modernista Murilo Mendes (1902-1975) à UFJF, após seu falecimento, em 1975. Na história institucional foi criado, em 1994, o Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM), e em 2005, o MAMM. Além deste acervo artístico, a instituição também custodia os acervos de: João Guimarães Vieira, dito o Guima (1920-1996), Arthur Arcuri (1913-2010), Gilberto e Cosette de Alencar (1918-1973), Dormevilly Nóbrega (1921-2003) e Cleonice Rainho (1919-2012).

Retomando a questão do desaparecimento de vestígios documentais

devemos recordar, sem esgotar esse item, a perda de acervos inestimáveis para a cidade e o estado de Minas Gerais, quando não se buscou a preservação da materialidade de fundos porque à época essa mentalidade ou inexistia ou não tinha força suficiente para se impor. Queremos recordar acervos privados como o do maestro Francisco Vale (1869-1906), do jornalista Heitor Guimarães (1868-1937), que manuscreeu uma desaparecida monografia histórica da imprensa juiz-forana; do folclorista e ensaísta Lindolfo Gomes (1875-1953); do músico, professor, cenógrafo e empresário Alfredo Amaral (1863-1969); do poeta Belmiro Braga (1872-1937); do técnico em eletrônica, Olavo Bastos Freire. Isso para não aprofundar no material do médico, ensaísta e imortal da Academia Brasileira de Letras, Antônio da Silva Mello (1886-1973), até hoje não disponibilizado.

Também aqui, por conta do espaço, não aprofundaremos sobre as perdas dos acervos orgânicos e cotidianos das correspondências dos leitores com as redações dos jornais e revistas locais ou mesmo do material fotográfico que não foi publicado. Enfim, uma riquíssima rede de materiais que é o sustentáculo das relações entre o passado, o presente e o futuro a ser construído; aquilo que permitiria o olhar atento e investigativo sobre o pretérito e a projeção do porvir. Assim também de instituições que desapareceram e forçosa e conjuntamente todos os seus registros se perderam de modo definitivo, a ponto de até a lembrança de sua existência ter esmaecido. Aproveitamos para grafar para lembrança nomes como o do Centro Philotechnico Mineiro, do Hipódromo Ferreira Lage, do Club Graphoscineatrographos Carnavalescos, da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos de Juiz de Fora, da Escola Técnica Agrícola União e Indústria e mais recentemente do acervo do Club Juiz de Fora, além de citarmos novamente a *Cariço Film*. E por aí vai a quantidade de fontes que se perderam por falta de uma política séria de preservação dos acervos documentais [ainda] existentes na cidade.

**Abstract:** Since the early days of its formation, the city of Juiz de Fora had men and institutions that positioned themselves as the writing of his history as a record for future generations. This would undergo changes between the 1970s and 1980s when the city accentuated a process of urban transformation, begun years before, in which dramatically broke with the past. In this context, many documents were being threatened, and from the efforts of several scholars of history, they went forming new research institutions that now have, in addition to physical spaces, with skilled labor for the preservation of archives documents. This article reviews the history of the preservation of these collections which would allow in the last two decades of the twentieth century historiography of Juiz de Fora and region could be revised.

**Keywords:** Memory; Archievs; Search; Historiography.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Morre o autor do hino de Minas Gerais. **Estadão**, 26/11/2002. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,morre-o-autor-do-hino-de-minas-gerais,20021126p4905>. Acesso em: 05 mai. 2016.

BASTOS, Susana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: Análise das Estratégias de Desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. In: 1º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES), 2005. **Anais...** Juiz de Fora, 2005.

COSTA, Alfredo Coelho; LEAL, Ruy do Brasil. **A justiça em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1995.

DIÁRIO DA TARDE. 02 de Junho de 1971.

DIÁRIO MERCANTIL. 15 de Fevereiro de 1937.

DIÁRIO MERCANTIL. 23 de Março de 1937.

DIÁRIO MERCANTIL. 02 de Agosto de 1977.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. Mesa redonda de 22 de setembro. In: I SIMPÓSIO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG. SISTEMAS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Belo Horizonte, 21 a 23 de setembro de 2011. **Mesa redonda**, Belo Horizonte, 2011.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. Criação e implantação do Sistema de Arquivos da UFJF. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalton. (Org.) **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. Entrevista concedida por escrito em 28 de abril de 2016.

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1915.

FOLHA DA MANTIQUEIRA . 20 de Março de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA . 10 de Abril de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA . 01 de Maio de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA. 31 de Maio de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA. 10 de Junho de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA. 29 de Agosto de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA. 31 de Outubro de 1977.

FOLHA DA MANTIQUEIRA . 25 de Dezembro de 1977.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-abolição**. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO CONSU nº 007, de 25 de fevereiro de 2016**. Aprova o termo de Cooperação Técnica entre o Arquivo Nacional e o IF Sudeste MG para a realização do Curso de Técnico em Arquivo. Disponível em: [https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/07\\_0.PDF](https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/07_0.PDF). Acesso em: 31 mai. 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Revista do **Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** [on-line]. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99693-revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 03 mai. 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JUIZ DE FORA. Sobre o Instituto. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora [on-line]. Disponível em: <http://www.ihgjf.org/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Arquivo histórico. **Juiz de Fora** [on-line]. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo\\_historico/historico.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo_historico/historico.php). Acesso em: 24 mai. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

O PHAROL. 14 de Novembro de 1909.

O PHAROL. 08 de Dezembro de 1911.

O PHAROL. 13 de Setembro de 1918.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado em Juiz de Fora e sua luta por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PINTO, Astolpho. Apontamentos históricos sobre o município de Juiz de Fora. **Revista do**

**Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 11, fasc. I, 1906.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Ideias jurídico-penais e cultura religiosa em Minas Gerais na Passagem à Modernidade**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio - Juiz de Fora, MG**. 2008. 306f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EdUFJF, 1987. AGÊNCIA ESTADO.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais - 1889/1930**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Juiz de Fora**. (Compilação de Wilson de Lima Bastos). Juiz de Fora, 1955.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Juiz de Fora: Hoje... ontem**. 2ª série primária. Juiz de Fora, 1970.

MARIA DO RESGUARDO. **Imagens antigas de Juiz de Fora. Maria do Resguardo** (on-line). Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/2011/02/av-rio-branco-vista-panoramica-de-cada.html>. Acesso em: 10 abr. 2016.

NARDELLI, Áurea Pena. **História de Juiz de Fora**. Para uso das escolas de 1º Grau. Textos e questionários. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal, 1975.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de "Paraiburgo": representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, família, solidariedade... estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007.

TRIBUNA DE MINAS. **Juiz de Fora em dois tempos**. Juiz de Fora, MG. s/d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Conselho Universitário. **Res. nº 15, de 31 de maio de 2011**. Institui o Sistema de Arquivos da Universidade e cria o Arquivo Central. Disponível em: [www.ufjf.br/arquivocentral](http://www.ufjf.br/arquivocentral). Acesso em: 31 mai. 2016.